REQUERIMENTO

(DO Sr. Zé Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Programa de Aquisição de Alimentos e suas implicações contábeis, previdenciárias e fiscais para o agricultor familiar.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de audiência pública em data a ser agendada por essa Comissão, para se discutir acerca do Programa de Aquisição de Alimentos e suas implicações contábeis, previdenciárias e fiscal para o agricultor familiar.

Para tanto, requer que sejam convidados a comparecerem a esta Comissão os representantes das seguintes autoridades:

- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- MDS - Ministério do desenvolvimento Social;
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;
- CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura;
- ASBRAER - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ABER - Academia Brasileira de Extensão Rural;
- FASER - Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil;
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;
- RECEITA FEDERAL;
- CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária e EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

JUSTIFICATIVA

A aprovação da Lei nº 10.696 de 2/07/2003, que trata da repactuação das dívidas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PRONAF), compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, foi um marco governamental. Tal programa não adquiriu *status* de programa orçamentário, sendo somente considerando uma "ação" orçamentária dentre as inúmeras existentes sob a rubrica "abastecimento alimentar".

As diretrizes de segurança alimentar do Plano de Safra da Agricultura Familiar 2003/2004 e a Lei nº 10.696/2003, apresentam funções distintas a serem cumpridas pela institucionalização de um polo de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Indiscutivelmente, que há que se repensar as implicações tributárias, previdenciárias e contábeis, necessitando de uma discussão aprofundada por especialistas e autoridades públicas, fatores estes que justificam a realização de uma audiência pública, em que possa ser analisada a real situação do agricultor familiar.

Submeto, assim, a essa Comissão o presente pleito.

Sala das Comissões, em, de de 2012.

Zé Silva
Deputado Federal
PDT - MG